

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS EMPREENDEDORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS

ANALYSIS OF SENSE OF ENTREPRENEURS OF SOLIDARITY ECONOMY IN THE CITY OF SANTA MARIA - RS

Bartholomeo Oliveira Barcelos, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil, RS,
barthob@bol.com.br

Ricardo da Silva Barcelos, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil, RS,
ricardo.rsb@gmail.com

Janis Elisa Ruppenthal, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil, RS,
janis.rs.br@gmail.com

Ana Mercedes Sarria Icaza, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil, RS,
amsicaza@ea.ufrgs.br

RESUMO: O estudo objetiva analisar as características e as percepções dos empreendedores participantes de atividades de economia solidária no município de Santa Maria-RS. Metodologicamente o estudo é de natureza qualitativa de abordagem exploratória e descritiva, fazendo uso de procedimentos quantitativos para o tratamento dos dados, e utilizou-se do questionário como técnica de coleta de dados. Os resultados do estudo permitiram traçar um perfil dos empreendimentos econômicos solidários, participantes do Projeto Esperança/Coesperança, considerado referência na região central do Rio Grande do Sul (RS) devido às ações desenvolvidas. Identificou-se também que o município dispõe de um ambiente propício para o desenvolvimento da economia solidária, afirmativa que fica evidente, visto que 79,41% dos pesquisados apresentaram uma percepção positiva das condições oferecidas pelo município, sendo reforçado ainda mais pela realização de eventos de referência como a FEICOOP e a Feira EcoSol.

Palavras-chave: Economia solidária, políticas públicas, projeto esperança/coesperança

1 INTRODUÇÃO

A competitividade inerente aos processos produtivos, atualmente requer das empresas o constante aperfeiçoamento de suas atividades, bem como a constante necessidade de inovação. Como consequência direta disto, as empresas que não conseguem

melhorar seus processos, produtos ou serviços a custos condizentes com seu porte, acabam por ser suprimidas do mercado, aumentando os níveis de desemprego.

A necessidade latente decorrente desse desemprego obriga aqueles por ela afetados a buscar formas alternativas de renda. Conforme Sousa (2008), ocorre uma reestruturação produtiva que traz mudanças para a forma como a sociedade se organiza, refletindo-se principalmente em formas associativas de empreendimentos.

Essas novas formas associativas são mencionadas por Amato Neto (2000), como novos ambientes produtivos que requerem novas formas alternativas de organização do trabalho, que são preponderantes para a adoção de políticas que beneficiem o associativismo e a formulação de redes colaborativas. A adoção de políticas públicas que incentivem pequenos produtores ou empresários a trabalhar de forma cooperativa é uma alternativa para a redução das desigualdades sociais.

As crescentes ações de economia solidária da região central do Estado do Rio Grande do Sul (RS) seja como atividade principal do empreendedor ou como forma de complementação de renda, vem ganhando destaque, pela realização de eventos como a Feira do Cooperativismo (FEICOOP) e a Feira de Economia Solidária dos Países do Mercosul (Feira de EcoSOL), no município de Santa Maria. Então, este estudo objetiva analisar as características e as percepções dos empreendedores participantes de atividades de economia solidária no município.

Metodologicamente o estudo é de natureza qualitativa de abordagem exploratória e descritiva, fazendo uso de procedimentos quantitativos para o tratamento dos dados. Com relação às técnicas de pesquisa, utilizou-se o questionário, composto de trinta e uma questões, adaptado de um instrumento semelhante utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o intuito de identificar as características e percepções do grupo pesquisado acerca da economia solidária. A coleta de dados ocorreu durante as edições do Feirão Colonial no primeiro semestre do ano de 2012, que ocorre aos sábados no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, no município de Santa Maria-RS, e para o tratamento dos dados utilizou-se de planilhas eletrônicas.

Para efeitos de cálculo amostral, realizou-se um levantamento com base em observações relativas ao número de indivíduos que compunham a população de empreendedores do Feirão Colonial. Estimou-se então uma população média de 100 indivíduos, sendo que a partir dessa informação calculou-se a amostra com base em um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 95%, resultando em uma amostra de 80 empreendedores a serem inquiridos. O índice de retorno dos questionários distribuídos foi de 40%, considerado aceitável, visto que para Marconi e Lakatos (2005) os questionários enviados

para entrevistados têm em média um retorno de 25%. Mesmo com um índice de retorno aceitável, com base nos autores, a realização de inferências para toda a população ficou limitada.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A temática economia solidária tem entre seus principais estudiosos, Singer (2003), que vincula o termo a uma reação dos trabalhadores frente às desigualdades geradas pelo capitalismo, com enfoque principal na relação entre o capital, detentores de recursos; e o trabalho. A definição apresentada por Gaiger (1999), tem um enfoque anticapitalista, sendo uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza, fixada na valorização do ser humano de base associativa e cooperativa, direcionada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, por meio da autogestão.

Observa-se a referência à autogestão, denotando um modo de trabalho colaborativo e regrado pela propriedade coletiva dos meios de produção. Cabe também destacar a definição de economia solidária proposta pelo MTE, ao qual é vinculada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Nesta, o termo consiste no “conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (MTE, 2013). O MTE apresenta ainda, quatro características básicas dos empreendimentos econômicos solidários:

- Cooperação: é necessário que haja interesses e objetivos comuns, além da propriedade coletiva dos bens e da partilha dos resultados;
- Autogestão: práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das estratégias e da coordenação das ações e rumos a serem dados aos empreendimentos;
- Dimensão econômica: uma das bases motivacionais para a reunião dos esforços;
- Solidariedade: envolve a distribuição justa dos resultados, o compartilhamento das oportunidades para melhoria das condições de vida dos participantes, e ainda, na manutenção de um ambiente saudável e do bom relacionamento com a comunidade local.

Algumas estratégias e circunstâncias são apontadas por Gaiger (2001), como fatores de êxito para os empreendimentos solidários: as condições econômicas e socioculturais do grupo empreendedor; o grau de organização e mobilização do entorno social; e a maneira com se gere o negócio, por meio do fortalecimento das virtudes do trabalho cooperativo.

No Brasil a economia solidária surgiu, segundo informações do MTE (2013), no fim do século XX, fenômeno que se fortaleceu como resposta dos trabalhadores às formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho, associado ao crescimento da informalidade em função do enfraquecimento das relações trabalhistas, culminando para o desenvolvimento de formas associativas de pequenos empreendimentos.

A economia solidária fortaleceu-se, conforme Pochmann (2004), devido: a) a contenção do segmento organizado do trabalho, responsável por empregos assalariados; b) o avanço do desemprego e o aumento da informalidade; e c) ao engajamento social e político de militantes que buscam alternativas de organização social e laboral no país. Estas três condições refletem o momento econômico e social nacional, visto que são positivas para o desenvolvimento da economia solidária, apesar de impactarem negativamente no mercado de trabalho.

No Rio Grande do Sul, o primeiro traço da economia solidária advém das produções solidárias nas reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões, e também do trabalho comunitário para a sobrevivência dos quilombos de escravos. Nos anos de 1890 e 1912 o padre jesuíta Theodor Amstad trouxe experiências de cooperativismo e associativismo (ASSEBURG; OGANDO, 2006). A tradição dos movimentos católicos influenciou a criação de projetos comunitários e experiências coletivas, com grande destaque para a rede Cáritas a partir da década de 80.

A Cáritas é um organismo vinculado a Igreja Católica na forma de uma rede denominada *Cáritas Internationalis*, com sede no Vaticano, que atua principalmente em questões como direitos humanos e assistenciais (SOUZA, 2007). No Brasil foi criado em 1956, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo como objetivo articular obras sociais da igreja católica até 1974, quando ocorreu uma reestruturação no seu modo de atuação, substituindo o assistencialismo por uma metodologia que englobava ideias de educação de base e de promoção humana (CÁRITAS, 2013). A partir de 1990, a Cáritas Brasileira passou a promover iniciativas inovadoras como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), e passou a formar equipes estáveis a nível nacional, regional e local, neste último caso com a participação das dioceses dos municípios.

2.1 Políticas públicas e projetos para economia solidária

A economia solidária passou a ser foco específico de políticas públicas do governo federal a partir do ano de 2003, com a criação da SENAES, vinculada MTE, através da Lei n. 10.683 e instituída pelo Decreto 4.764. O órgão objetiva viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território brasileiro, além da geração de emprego e

renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário (BRASIL, 2003a; 2003b). O MTE considera como entidades de apoio e fomento à economia solidária as organizações, públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvam ações nas modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão, e acompanhamento junto aos empreendimentos de economia solidária (MTE, 2013).

O governo do RS apresentou um significativo avanço em sua contribuição aos empreendimentos de economia solidária a partir da criação da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), pela Lei 13.601/2011. O objetivo estratégico da secretaria é “promover e ampliar a inserção das micro e pequenas empresas no mercado nacional e internacional e estimular as cooperativas e a economia popular e solidária” (SESAMPE, 2013).

O município de Santa Maria, é referência estadual em economia solidária pela visibilidade adquirida com o desenvolvimento do Projeto Esperança/Coesperança, responsável pela promoção de feiras semanais, e também pela realização anual da Feira de EcoSOL e da FEICOOP.

No município, o órgão ao qual a economia solidária está vinculada é a Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, por meio de sua Diretoria de Segurança Alimentar e Economia Solidária. A Lei Municipal n. 5.150/2008, instituiu o Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Solidária, que no âmbito da respectiva esfera governamental, é o marco regulatório das políticas públicas voltadas para o tema. (SANTA MARIA, 2008).

O Projeto Esperança/Coesperança nasceu no ano de 1987 (Quadro 1), tendo se originado a partir da análise do livro “A pobreza, riqueza dos povos”, do autor africano Albert Tévoédjrè. Este serviu de subsídio para que o Bispo Dom Ivo Lorscheiter, da Diocese de Santa Maria, propusesse o desafio à Caritas/RS de criar PACs que contemplassem o combate ao desemprego, à fome e à exclusão social (PROJETO ESPERANÇA/COESPERANÇA, 2013). Inicialmente Dom Ivo se dispôs a organizar uma feira anual, a Feira da Primavera, com o objetivo de articular os trabalhadores da região e arrecadar fundos para a criação do Banco da Esperança. A primeira edição da Feira da Primavera ocorreu em 1975, e dois anos após foi fundando o Banco da Esperança, que desde 1987 até a presente data tem em sua diretoria a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, personagem muito importante para o desenvolvimento da economia solidária no município.

Período	Características
1975 – 1987	Período anterior à fundação do Projeto Esperança, surgimento das primeiras ideias e das primeiras experiências inspirados no livro “ <i>A pobreza, riqueza dos</i>

	<i>povos”.</i>
1987 – 1992	Fundação do Projeto Esperança como uma nova linha de ação do Banco da Esperança para projetos econômicos comunitários e a criação da Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao Projeto Esperança, adotando a sigla COOESPERANÇA. Crise na cooperativa, seguida de fechamento temporário e reabertura.
1992 – 1998	O Terminal de Comercialização Direta é reaberto, e inicia-se um processo de recuperação e crescimento, vinculando-se à proposta de economia popular solidária. Em 1994 inicia-se a realização do Feirão Colonial Ecológico, uma das principais formas para os produtores exporem seus produtos aos consumidores; e ocorre a 1ª FEICOOP, que serviu como meio de divulgação dos trabalhos realizados pelo Projeto Esperança/Cooesperança.
1999 – 2002	Ampliação do Terminal de Comercialização Direta em razão do apoio governamental nos níveis estadual e municipal, além da ênfase em políticas públicas voltadas para a economia solidária e agricultura e agroindústria familiar. Criação de um selo por parte do Projeto Esperança, o Sabor da Terra, para identificar os produtos vendidos no Feirão Colonial Ecológico.
2003 – 2005	Criação da Teia Esperança, uma rede de pontos fixos de comercialização direta distribuída em 15 municípios da região central do RS, assim ganha-se densidade nas redes de comercialização e consumo e se diversificam as atividades relacionadas a projetos de inclusão social. O fortalecimento e crescimento da economia solidária, tanto em termos de empreendimentos quanto de municípios, influenciou no ano de 2005, a realização da 1ª Feira de EcoSol.

Fonte: Icaza e Freitas, 2006 (adaptado pelos autores).

Quadro 1 – Resumo histórico do Projeto Esperança/Cooesperança

A finalidade do projeto é promover a articulação e o fortalecimento de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, em que os indivíduos possam trabalhar e exercer seus direitos à cidadania, dignidade e inclusão social (ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2008).

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A coleta de dados permitiu traçar as características dos empreendedores do Feirão Colonial Ecológico, mostrando que há um equilíbrio entre os gêneros dos participantes, sendo que 54,55% dos respondentes são do sexo feminino, ante 45,45% do sexo masculino, com uma

faixa etária média de 52 anos. A diferença pouco significativa entre os gêneros permite inferir que o evento é um espaço de comercialização acessível a homens e mulheres.

Com relação ao nível de escolaridade, identificou-se que 60,61% dos pesquisados não completaram o ensino médio e que 15,15% possuem curso superior completo, podendo ser um indicativo de que a economia solidária não seja apenas uma alternativa ao desemprego, mas ainda, uma forma de se obter renda complementar ou até mesmo uma opção pessoal do indivíduo.

A maioria dos empreendedores participantes do evento residem no município de Santa Maria (73,53%). Os demais municípios citados foram: Silveira Martins, São Pedro do Sul, São João do Polêsine e Pinhal Grande, que têm distâncias aproximadas de Santa Maria, de: 31km, 40km, 46km e 104km, respectivamente. Entre as atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos, destacam-se na figura 1: o ramo alimentício, seguido pelo hortifrutigranjeiro, que, juntos, totalizaram 72,97% de todas as atividades econômicas exploradas.

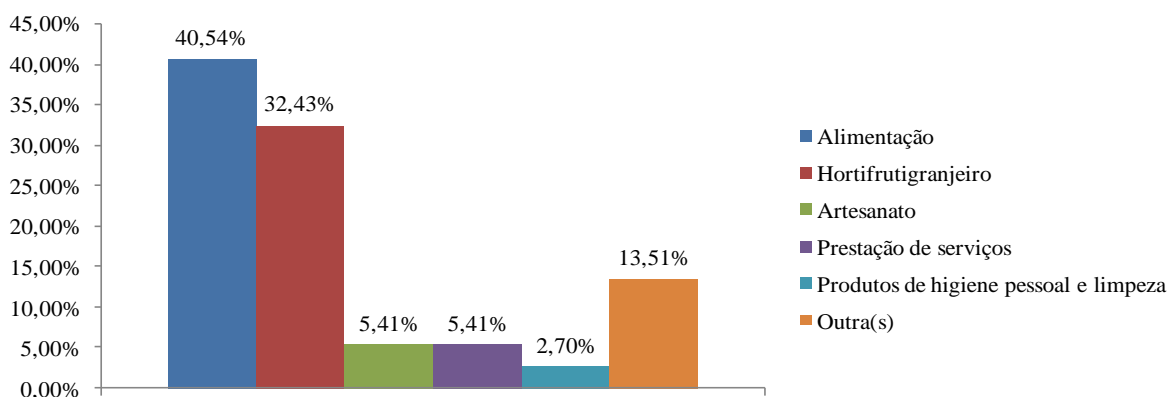


Figura 1 – Atividades econômicas dos empreendimentos

Outra consideração que pode ser feita é relativa aos ramos de atividade que não tiveram representantes na feira: brinquedos; cama, mesa e banho; cultura e lazer; decoração; moveleiro; reciclagem e vestuário. Esta carência no Feirão Colonial pode se constituir como uma boa oportunidade de negócios para os trabalhadores do meio solidário.

Os rendimentos oriundos dos empreendimentos de economia solidária servem como fonte de renda para muitas famílias. Na pesquisa a renda média mensal originária dessas atividades ficou na faixa entre R\$ 501 a R\$ 1.500, para 56,67 % dos respondentes. Ainda, sobre o fator da renda média mensal dos empreendimentos, 42,42% dos indivíduos afirmaram exercer outro tipo de atividade remunerada além de comercializar seus produtos.

A forma de comercialização dos produtos é realizada em sua maioria em feiras locais de final de semana, assim como no caso do Feirão Colonial, representando 43,33% dos pesquisados. A venda também é realizada em feiras de abrangência regional, estadual ou

nacional, correspondendo a 16,67% dos empreendimentos. O total de empreendimentos que tem como fonte de negociação as feiras perfaz 60% e as demais formas de comercialização, com os respectivos percentuais podem ser observadas na figura 2.

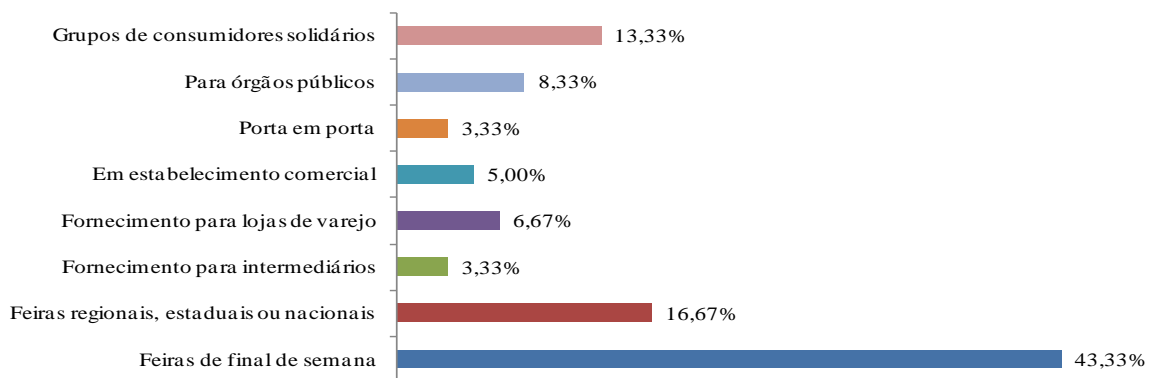


Figura 2 – Principais formas de comercialização dos produtos

No segundo momento da pesquisa, analisou-se a percepção da economia solidária por parte dos empreendedores do Feirão Colonial. Identificou-se que 51,52% dos entrevistados participaram de todas as sete edições da Feira de EcoSol, e outros 21,21% participaram de pelo menos duas. Com relação à avaliação geral da referida feira, 67,65% dos indivíduos julgaram como positiva a participação e a realização do evento para os negócios. Ao serem questionados sobre a participação nas próximas edições da feira, 93,94% dos pesquisados afirmou que pretende participar de outras edições, sendo isso um indicativo de que mesmo aqueles que nunca participaram (27,27%), têm a intenção de fazê-lo.

Relativo às iniciativas de capacitação e qualificação, identificou-se que 57,14% dos empreendedores da economia solidária participam consideravelmente de cursos de formação e em seminários. Os fóruns de debate que representam 14,29% devem ser mais explorados como instrumentos de troca de experiência entre empreendedores, visto que esses possibilitam um diálogo mais direto entre as partes envolvidas.

Existe uma série de fatores do ambiente interno e externo que influenciam o indivíduo na criação e participação de um novo negócio. Na economia solidária não é diferente, dessa forma analisou-se os fatores que impulsionaram os empreendedores a se inserir na economia solidária ou a iniciar um empreendimento. Os três fatores preponderantes para a participação na economia solidária foram: a cooperação, novas experiências e a necessidade de complementação de renda.

Além das influências do ambiente para a criação de um novo empreendimento, as motivações e percepções dos indivíduos também impactam nesse processo. Observou-se que 43,40% dos participantes afirmaram ter criado os empreendimentos solidários como: alternativa ao desemprego ou como fonte complementar de renda. No entanto, a segunda

razão que mais motiva foi o “desenvolvimento de uma atividade em que todos podem ser considerados donos”, como demonstra a figura 3.

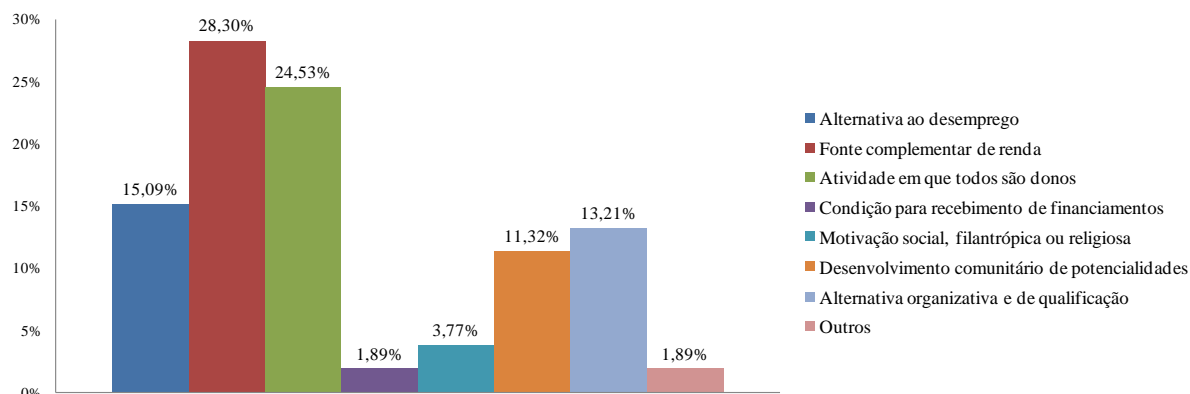


Figura 3 – Razões que motivaram a criação do empreendimento

Os participantes avaliaram ainda as condições gerais para o desenvolvimento das atividades de economia solidária no município de Santa Maria. A partir da análise da figura 4, verifica-se uma percepção positiva (79,41%) dos respondentes com relação às condições oferecidas.

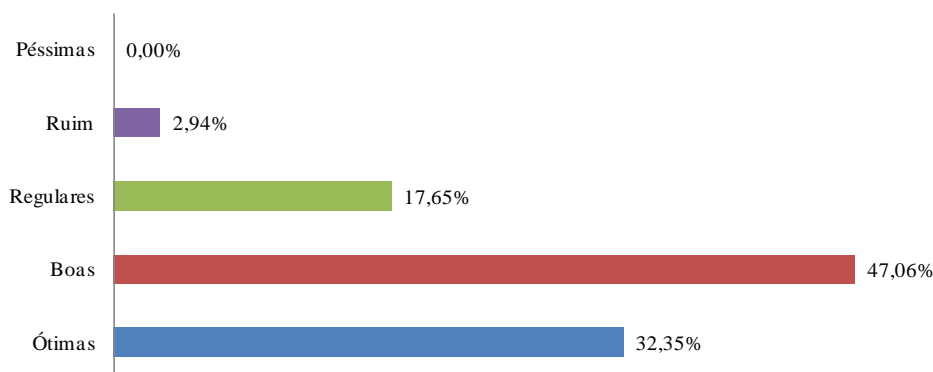


Figura 4 – Condições gerais para desenvolvimento da economia solidária em Santa Maria-RS

Essa visão positiva dos empreendedores pode estar relacionada ao fato do município ter um espaço específico destinado à comercialização, o Centro de Referência de Economia Solidária, que contou com o apoio do governo municipal na cessão do espaço.

Além do apoio do poder público para o desenvolvimento da economia solidária, outras instituições podem auxiliar esses empreendimentos. Assim identificou-se, conforme figura 5, que 19,05% desses negócios, não receberam nenhum tipo de apoio, de instituições e órgãos, para o início das atividades empresariais. No entanto, destaca-se que 33,33% receberam apoio na formação sociopolítica, para melhor compreensão dos fundamentos da economia solidária.

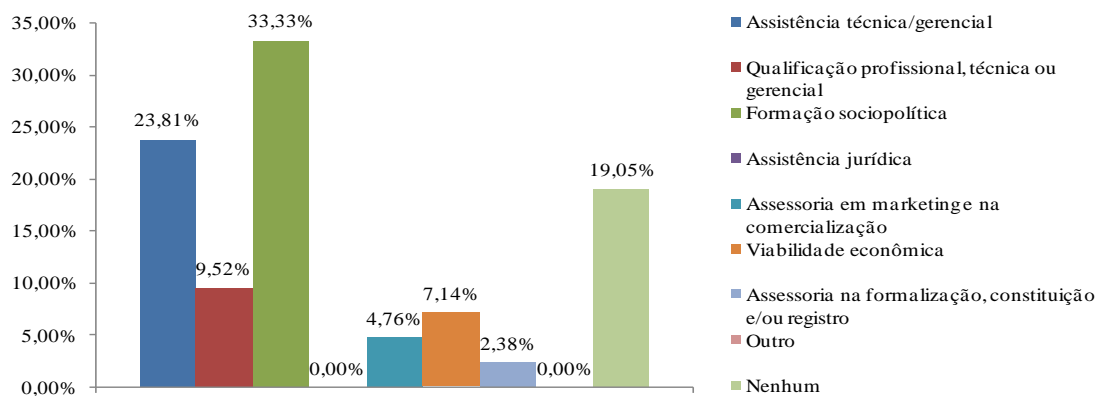


Figura 5 – Empreendimentos apoiados no início das atividades

Nos empreendimentos que receberam algum tipo de apoio no início das atividades, foram identificados os principais apoiadores, sendo que: 33,33% afirmaram receber auxílio de universidades, incubadores e outros órgãos governamentais, e também ONGs, igrejas, associações e conselhos comunitários, se destacaram apoiando os empresários em 33,33%.

Relativo ao Projeto Esperança/Coesperança foi questionado aos participantes da feira qual seria seu nível de conhecimento acerca do mesmo. Identificou-se que 81,82% dos respondentes possuem um amplo conhecimento do projeto. Com relação à atuação do governo municipal, procurou-se avaliar o conhecimento dos participantes da pesquisa com relação à Lei Municipal 5.150/2008, percebendo-se a partir das afirmações dos proprietários dos empreendimentos, que 81,82% desses têm algum tipo de conhecimento da referida Lei.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar as características e percepções dos empreendedores participantes das atividades de economia solidária na cidade de Santa Maria-RS. A coleta de dados permitiu traçar um perfil dos empreendimentos econômicos solidários, participantes do Projeto Esperança/Coesperança, esse é considerado como referência na região central do estado devido às ações desenvolvidas na economia solidária.

Nos empreendimentos participantes desse evento, identificou-se um equilíbrio entre o gênero dos empreendedores, com faixa etária média de 52 anos, possuindo ensino médio incompleto e em sua maioria residentes no município, mas também foram registradas participações de comerciantes de cidades de um raio de até cem quilômetros de Santa Maria. Esses empreendimentos atuam no ramo alimentício e hortifrutigranjeiro, tendo como principal meio de comercialização as feiras locais e regionais. A renda oriunda dessas atividades gira na faixa entre R\$ 501 a R\$ 1.500,00 mensais, servindo como principal fonte de renda para metade dos empreendedores. No início das atividades empresariais um terço desses empreendedores solidários, receberam formação sociopolítica nos fundamentos da economia solidária e um

forte auxílio de universidades, incubadores, ONGs, igrejas, associações, conselhos comunitários, e outros órgãos governamentais.

Analisando-se as motivações e percepções dos indivíduos do meio solidário, identificou-se que os principais fatores que impulsionaram a inserção nesse ambiente foram: a cooperação; as novas experiências; e a necessidade de complementação de renda. Aliado a isso, os principais motivos para a criação de empreendimentos solidários foram: a alternativa ao desemprego; fonte complementar de renda; e a participação de uma atividade em que todos podem ser considerados donos. Observa-se que a indicação da necessidade de complementação de renda, tanto nos fatores como nas motivações, na economia solidária é uma forte alternativa ao desemprego. Identificou-se ainda que os comerciantes dos empreendimentos solidários participam de cursos e capacitações e que também possuem conhecimento das políticas públicas disponíveis para a economia solidária.

A percepção dos empreendedores do Feirão Colonial identificados nessa pesquisa, somada a visão sistêmica dos pesquisadores acerca da temática, permite inferir que o município de Santa Maria dispõe de um ambiente propício para o desenvolvimento de empreendimentos econômico solidários. Essa afirmativa fica evidente, visto que 79,41% dos pesquisados apresentam uma percepção positiva das condições oferecidas no município, sendo reforçado ainda mais pela realização de eventos de referência como a FEICOOP e a Feira EcoSol.

5 REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. *Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.

ASSEBURG, H. B.; OGANDO, C. B. *A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: resultados do primeiro mapeamento nacional, a perspectiva dos direitos humanos*. Porto Alegre: UNESCO/ San José/ Costa Rica, 2006.

BRASIL. *Decreto n. 4.764*, de 24 de junho de 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4764.htm>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. *Lei Ordinária n. 10.683*, de 28 de maio de 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683compilado.htm>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CÁRITAS BRASILEIRA (CÁRITAS). *Histórico*. Disponível em:<<http://caritas.org.br/novo/historico/>> Acessado em: 10 jan. 2013.

GAIGER, L. *Significado e Tendências da Economia Solidária*. In: Central Única dos Trabalhadores – CUT (org.), *Sindicalismo e Economia Solidária*. São Paulo, 1999.

- GAIGER, L. *Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários*. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, Buenos Aires, v. 7, n. 13: 191-211, 2001.
- ICAZA, A. M. S; FREITAS, M. R. (orgs). *O Projeto Esperança/Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência*. Santa Maria, abril/2006.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *A Economia Solidária*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp>. Acessado em: 10 jan. 2013.
- POCHMANN, M. *Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites*. IPEA: Mercado de trabalho, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_2_4g.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. *A transformação pela solidariedade: princípios norteadores, orientações gerais, regimento interno*. Santa Maria: 2008.
- _____. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.esperancacooesperanca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=34>. Acesso em: 29 jan. 2013.
- SANTA MARIA (Município). *Lei n. 5.150, de 21 de agosto de 2008*. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LM/2008_5150.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.
- SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (SESAMPE). *Prioridades estratégicas e programas*. Disponível em: <<http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=95>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOUSA, D. N. *Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária*. Revista Katál, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 53-60, jan-jun/2008.
- SOUZA, A. R. *Entre a assistência e a autogestão: a economia popular solidária da Cáritas*. Rev. Nures, São Paulo, n. 5, jan-abr/2007.